

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
 Registro...: 0081023 Data: 20/06/2012 às 12:28  
 Requerente: Requerente PRESIDENTE DA OAB.  
 Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
 Título...: OF.N.168/2012= NOTA DE REPÚDIO/DR. EDSON R. RODRIGUES.  
 Destino...: SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA  
 Servidor resp pelo cad: 005



Com o Advogado  
 pela Justiça  
 na Sociedade



Ofício nº 168/2012-GP

Teresina (PI), 20 de junho de 2012

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
**Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí**  
 Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
 CEP 64000-830  
 Teresina-PI

Ao Setor de Controle de  
 Processos para autuar e  
 registrar

20 / 06 / 12

*[Assinatura]*  
 Dra. Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro  
 Secretária da Corregedoria Geral da Justiça

Assunto: **Nota de repúdio**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A **Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Piauí**, por intermédio de seu Presidente, vem respeitosamente à ilustre presença de Vossa Excelência, noticiar e repudiar a lamentável conduta perpetrada pelo Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina, conforme passa a expor:

A Comissão de Defesa das Prerrogativas do Advogado da OAB/PI recebe cotidianamente denúncias e pedidos de providências com relação a condutas de variados agentes públicos que, em tese, consistem em atentados contra direitos profissionais essenciais ao pleno exercício da advocacia.

Por razão de prudência e no intuito de promover prontamente a conciliação entre as partes envolvidas em conflitos dessa natureza, a mencionada comissão tem por praxe solicitar informações à autoridade denunciada antes de adotar qualquer outra providência. Pretende-se, assim, colher versão possivelmente diferente acerca dos fatos noticiados para, ao final, concluir se no caso concreto houve efetivamente violação a prerrogativas legais do advogado reclamante.

Ocorre que em meio ao procedimento nº 1426/23/11, instaurado contra o Magistrado outora titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina, Dr. José Francisco do Nascimento (atualmente ocupante do cargo de Desembargador dessa Corte), a secretaria da Comissão de Prerrogativas notificou o titular da mencionada Vara, que posteriormente passou a ser o Dr. Edson Rogério Leitão Rodrigues.

*[Assinatura]*





Com o Advogado  
pela Justiça  
na Sociedade



Foi então que, em face do ofício em questão (documento em anexo), o Dr. Edson Rodrigues proferiu despacho em letras garrafais com os seguintes dizeres:

*“Não devo explicações à OAB. Devolva-se ao signatário.”*

Em que pese o atual titular da 6ª Vara Cível da Capital de fato não ser parte no processo acima referido, a forma grosseira como tal Magistrado se reportou revela o seu mais absoluto desrespeito para com esta instituição e o desprezo à urbanidade, que obrigatoriamente deve ser verificado na conduta de qualquer agente público, especialmente aqueles ocupantes de cargos de tamanha relevância como o é o de Juiz de Direito, de quem toda a sociedade espera exemplo de retidão.

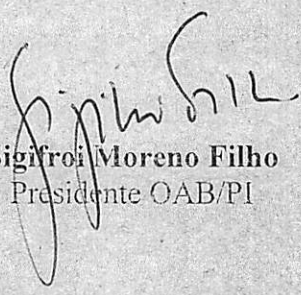
Não obstante a notória longevidade de atuação do aludido Juiz, a atitude ora noticiada demonstra seu verdadeiro despreparo para o desempenho da Magistratura, que requer profissionais plenamente compromissados com a função republicana inerente a esse trabalho e que, em razão disso, devem manter postura compatível com a dignidade do cargo.

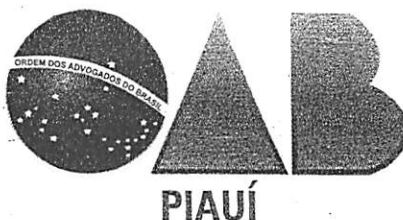
Isso implica na consciência de que a prestação jurisdicional passa necessariamente pela advocacia, que é alçada pela Constituição Federal à condição de indispensável à administração da Justiça, razão pela qual magistrados e advogados devem em qualquer circunstância tratar-se com consideração e respeito recíprocos, seja no âmbito de suas relações individuais, seja através de suas entidades representativas.

Por todo o exposto, a OAB/PI manifesta seu repúdio à indigitada conduta do Dr. Edson Rogério Leitão Rodrigues, Juiz de Direito titular da 6ª Vara Cível da Comarca e Teresina, ao tempo em que espera que essa Corregedoria adote providências que entender cabíveis.

Certos da atenção dispensada a esta instituição, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Sigifroi Moreno Filho  
Presidente OAB/PI



## COMISSÃO DEFESA DAS PRERROGATIVAS DOS ADVOGADOS

Cuida-se de **denúncia contra o juiz titular da 6ª Vara Cível de Teresina-PI, Sr José Francisco** anunciada pelo advogado Marcos Antônio Alves de Andrade que afirma que promovera um ação com pedido de tutela antecipada contudo em decorrência da demora da apreciação do juiz, o advogado já pela segunda vez foi tentar falar pessoalmente com o juiz que se encontrava presente em seu gabinete e sob a alegativa que estava “despachando processo” a secretaria avisou que o juiz não poderia recebê-lo.

Desta feita, o advogado pediu então para falar com o assessor do juiz e novamente foi negado seu pedido, justificou a servidora afirmando que o juiz não autorizada o assessor receber advogados.

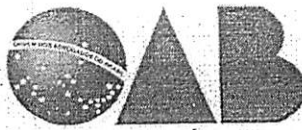
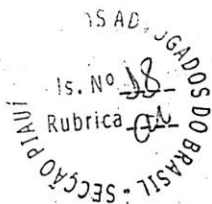
Por fim o advogado confeccionou a presente denúncia perante esta comissão pleiteando ainda providências no que diz respeito à possível representação ao CNJ e à Corregedoria do TJ-PI.

Do exposto, encaminho este parecer à secretaria das comissões para realização do devido ofício do magistrado e nesta oportunidade dar ciência ao advogado deste trâmite e caso queira, apresente manifestação, desta feita, volte concluso o presente processo para as devidas providências cabíveis ao caso.

Teresina, 07 de novembro de 2011

  
Dra Anamaria Castro

Membro relator



COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

Visto em expedição.  
Não deve expirações

a OAB  
Deve-se ao signatário  
Teresina, 16/04/2012

Of. 013/12 - CDPA

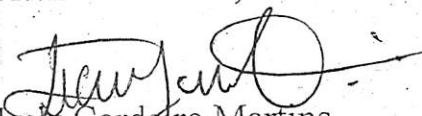
Teresina, 02 de abril de 2012.

Edison Rogério Leitão Rodrigues  
Juiz de Direito

Meritíssimo Juiz,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, e considerando despacho da ilustre Relatora Adv. Anamaria Sales de castro, venho por meio deste, solicitar informações, no prazo de 10 dias, à partir do recebimento desta, a respeito do requerimento dirigido à Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, no qual, o advogado Marcos Antônio Alves de Andrade, relata que teria sido no âmbito dessa Instituição, desrespeitado nas suas prerrogativas profissionais, estabelecida na Lei 8.906/94. Segue cópia da inicial e Parecer do Relator, do Processo de nº 1426/23/11-CDPA.

Atenciosamente,

  
Adv. Luiz Cordero Martins

Secretário da C. de Defesa das Prerrogativas dos Advogados.

Exmo.Sr.

Dr. Edson Rogério Leitão Rodrigues

MD. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível de Teresina

Rua Álvaro Mendes, 1431, Centro

CEP: 64.000-060. Teresina-PI.

Recebi em  
32.

U. B. M. B. C.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 2342012 (0000371-40.2012.8.18.0139)

REQUERENTE: SIGIFROI MORENO FILHO, PRESIDENTE DA OAB/PI.

REQUERIDO: E. R. L. R., J. DE D. DA 6ª V. C. DA C. DE T-PI.

RELATOR: DES. FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO.

CERTIDÃO

**CERTIFICO** que, na Sessão Extraordinária de Julgamento, de Caráter Administrativo, hoje realizada, do **EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO**, presidida pelo Senhor Desembargador Fernando Carvalho Mendes, foi JULGADO o processo em epígrafe.

**DECISÃO:** *Acordam os componentes do Egrégio Tribunal Pleno, à unanimidade, em DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do requerido, em virtude do descumprimento do disposto no art. 5º, XXXIII, da CF, bem como nos arts. 22 e 34 do Código de Ética da Magistratura, no art. 446, III, do CPC, e no art. 6º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), sendo tal conduta ofensiva aos incisos I e IV, do art. 35, da LOMAN, sem necessidade de afastamento cautelar do magistrado. Tendo em vista o disposto no art. 14, §6º c/c art. 28, ambos da Resolução 135/2011, CNJ, comunique-se à Corregedoria Nacional de Justiça a instauração do PAD contra o Requerido, encaminhando-se, no prazo de 15 dias, cópia da ata desta Sessão.*

Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho, Raimundo Nonato da Costa Alencar, Edvaldo Pereira de Moura, Fernando Carvalho Mendes (Presidente), Haroldo Oliveira Rehem, Raimundo Eufrásio Alves Filho, Francisco Antônio Paes Landim Filho, Sebastião Ribeiro Martins, José James Gomes Pereira, Erivan José da Silva Lopes, Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Oton Mário José Lustosa Torres e Fernando Lopes e Silva Neto.

Absteve-se de votar o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Francisco do Nascimento.

Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro, José Ribamar Oliveira, Joaquim Dias de Santana Filho, Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Hilo de Almeida Sousa


Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Aristides Silva Pinheiro.

*Manifestação oral, pelo requerente, Dr. Sigifroi Moreno Filho.*

Impedimento/suspeição: Não houve.

O referido é verdade e dou fé.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, em Teresina, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

  
Marcos da Silva Venancio  
Secretário do Tribunal Pleno